



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

316

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 19/05/1996
C	Rubrica

Processo n.º 13409.000020/92-02

Sessão de : 20 de outubro de 1994

Acórdão n.º 203-01.852

Recurso n.º: 92.137

Recorrente : INDÚSTRIA DE BEBIDAS IPIRANGA LTDA.

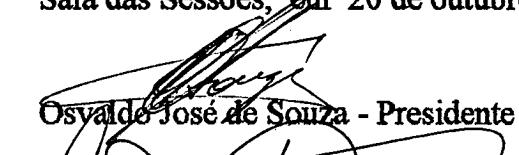
Recorrida : DRF em Caruaru - PE

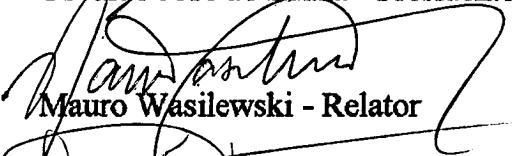
IPI - INDÚSTRIA DE AGUARDENTE - QUEBRA TÉCNICA NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO - A argumentação de que a quebra técnica da empresa é superior a 20% só pode ser aceita se comprovada através de documentos ou laudo técnico de entidade competente para esse fim. Como nenhum deles foi acostado aos autos não podem prosperar as alegações recursais. **Recurso negado.**

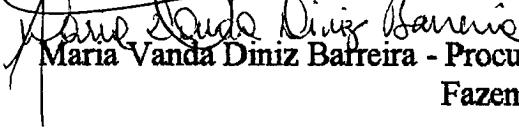
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INDÚSTRIA DE BEBIDAS IPIRANGA LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausentes os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues (justificadamente) e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1994.


Osvaldo José de Souza - Presidente


Mauro Wasilewski - Relator


Maria Vanda Dimiz Barreira - Procuradora-Representante da
Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 23 MAR 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Thereza Vasconcellos de Almeida, Sérgio Afanásieff, Celso Angelo Lisboa Gallucci e Tiberany Ferraz dos Santos.

HR/mdm/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n.º 13409.000020/92-02

Recurso n.º: 92.137

Acórdão n.º: 203-01.852

Recorrente : INDÚSTRIA DE BEBIDAS IPIRANGA LTDA.

RELATÓRIO

Conforme Auto de Infração de fls. 02, exige-se de Indústria de Bebidas Ipiranga Ltda. o crédito tributário no montante de 56.684,80 UFIR, em virtude de ter sido recolhido, com insuficiência, o Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, calculado pela empresa em valores inferiores aos previstos na legislação que rege a matéria. Foram dados como infringidos os artigos 55, inciso I, alínea "b", e inciso II, alínea "c"; 112, inciso IV; 107, inciso II, todos do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados-RIPI aprovado pelo Decreto n.º 87.981/82; artigo 1.º da Lei n.º 7.798/89, incluindo a posterior modificação introduzida pela Lei n.º 8.133/90 e Portaria MEFP n.º 819/91.

Devidamente científicada, a autuada interpôs, em tempo hábil, a Impugnação de fls. 13/16, alegando, em síntese, que:

a) a aguardente de sua fabricação é de terceira classe e não pode ser comparada com outras de melhor qualidade;

b) o fiscal autuante não considerou as perdas de fabricação e extravio de selos;

c) as cópias xerográficas do livro de registro de saídas de produtos industrializados, anexadas à impugnação, comprovam o valor real de vendas e o imposto lançado.

Por fim, a impugnante requer que, após o exame da documentação juntada ao processo, seja declarada a improcedência de parte do auto de infração.

A fls. 150/151, manifesta-se o autuante pela manutenção parcial do feito, tendo em vista as considerações expendidas, bem como os fundamentos a seguir transcritos:



Processo n.º : 13409.000020/92-02

Acórdão n.º : 203-01.852

"Tem razão o contribuinte ao afirmar no item II de sua impugnação que não foram consideradas as perdas de selos. Assim, os cálculos foram refeitos considerando-se quebras de 1% (um por cento).

Além disso, a metodologia adotada foi parcialmente reformulada a fim de evitar prejudicar o contribuinte quanto à distribuição da quantidade de selos consumidos pelos diversos períodos de apuração. Desta forma, calculou-se a quantidade de saídas registradas dividindo-se o valor do I.P.I. registrado pelo valor do I.P.I. unitário e confrontou-se o resultado com a quantidade de saídas calculadas pelo consumo de selos de controle (considerando quebras de 1%). A diferença foi considerada como saídas sem lançamento de imposto que foram alocadas aos períodos de apuração 2-12/89 e 2-12/90."

O Delegado da Receita Federal em Caruaru, através da Decisão de fls. 159/160, julgou procedente em parte a ação fiscal, baseando-se nos seguintes "consideranda":

"Considerando estar o processo revestido das formalidades legais;

Considerando a medida saneadora promovida pelo autuante consistente no refazimento dos cálculos para apuração do imposto, considerando-se uma quebra de 1% (um por cento), referente a possível extravio de selo que deixou de ser lançado, cujo demonstrativo consta às fls. 153 a 156;

Considerando o pronunciamento do fiscal autuante de fls. 150 a 157;

Considerando que, além da falta de consideração da possibilidade de extravio de selo na apuração do imposto não lançado, fato já sanado conforme descrito em item acima, a empresa não apresenta nenhum elemento capaz de modificar o auto de infração em pauta;

Considerando os novos valores expressos no documento de fls. 151 (Informação Fiscal);

Considerando tudo o mais que do processo consta;".

Inconformada, recorre a autuada, tempestivamente, a este Conselho de Contribuintes, expondo suas razões de defesa a fls. 165/166, as quais, por motivo de economia processual e maior fidelidade às argumentações expendidas, leio em sessão.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

319

Processo n.º: 13409.000020/92-02

Acórdão n.º: 203-01.852

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

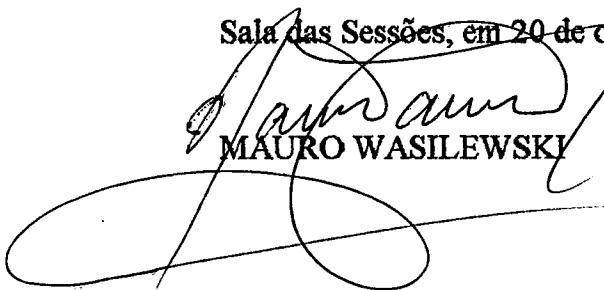
A peça recursal diz que as perdas relativas à fabricação de aguardente é de, no mínimo, 20%, eis que é uma empresa pequena e sem organização e que o débito apresenta apenas 20% do levantado.

Todavia, não juntou nenhuma prova ou laudo de entidade autorizada, para lastrear sua argumentação, dizendo, ao final, que está à beira da falência e sem condições de soerguimento.

Assim, a fragilidade do teor do Recurso impede o acolhimento do mesmo, eis que desprovido de argumentos suficientes para elidir a ação fiscal.

Diante do exposto, conheço do recurso e nego-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1994.


MAURO WASILEWSKI